



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



Tribunal de
Contas do Estado

João Pessoa - Publicado em segunda-feira, 27 de junho de 2016 - Nº 1504 - Divulgado em 22/06/2016

Conselheiro Presidente
Arthur Paredes Cunha Lima
Conselheiro Vice-Presidente
André Carlo Torres Pontes
Conselheiro Corregedor
Fernando Rodrigues Catão
Cons. Pres. da 1ª Câmara
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Cons. Pres. da 2ª Câmara
Arnóbio Alves Viana
Conselheiro Ouvidor
Antônio Nominando Diniz Filho
Conselheiro
Marcos Antonio da Costa
Procuradora Geral
Sheyla Barreto Braga de Queiroz

Subproc. Geral da 1ª Câmara
Luciano Andrade Farias
Subproc. Geral da 2ª Câmara
Manoel Antonio dos Santos Neto
Procuradores
Elvira Samara Pereira de Oliveira
Isabella Barbosa Marinho Falcão
Marcílio Toscano Franca Filho
Bradson Tibério Luna Camelo

Diretor Executivo Geral
Nivaldo Cortes Bonifácio
Conselheiros Substitutos
Antônio Cláudio Silva Santos
Antônio Gomes Vieira Filho
Renato Sérgio Santiago Melo
Oscar Mamede Santiago Melo

Índice

1. Atos Administrativos.....	1
<i>Resultado de Licitação</i>	1
2. Atos do Tribunal Pleno.....	1
<i>Intimação para Sessão</i>	1
<i>Citação para Defesa por Edital</i>	1
<i>Intimação para Defesa</i>	2
<i>Prorrogação de Prazo para Defesa</i>	2
<i>Ata da Sessão</i>	2
3. Atos da 1ª Câmara.....	9
<i>Intimação para Sessão</i>	9
<i>Prorrogação de Prazo para Defesa</i>	9
<i>Extrato de Decisão</i>	10
<i>Extrato de Decisão Singular</i>	11
<i>Errata</i>	11
4. Atos da 2ª Câmara.....	11
<i>Intimação para Sessão</i>	11
5. Alertas.....	11
6. Atos dos Jurisdicionados.....	11
<i>Aviso de Licitação dos Jurisdicionados</i>	11
<i>Errata</i>	15

EMLUR

Subcategoria: Aposentadoria
Exercício: 2004

Intimados: Pedro Alberto de Araújo Coutinho, Gestor(a); Cristiano Henrique Silva Souto, Responsável; Mércia Maria Ferreira da Silva, Interessado(a); Abiones Figueirêdo Nascimento de Araújo, Advogado(a); Maria Germana Guedes Pereira Rangel, Advogado(a); Adryana Carla Lima, Advogado(a); Camila Holanda Gomes da Silva, Advogado(a); Victor Assis de Oliveira Targino, Advogado(a); Yuri Veiga Cavalcanti, Advogado(a).

Aviso: Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 06504/04 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

Sessão: 2084 - 06/07/2016 - Tribunal Pleno

Processo: [04703/13](#)

Jurisdicionado: Casa Civil do Governador

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2012

Intimados: Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos, Responsável; Rômulo José de Gouveia, Interessado(a); Rafael Santiago Alves, Advogado(a); John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes, Advogado(a); Sabrina Kelly Borges Carneiro, Advogado(a).

Sessão: 2084 - 06/07/2016 - Tribunal Pleno

Processo: [06647/13](#)

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Esperança

Subcategoria: Denúncia

Exercício: 2013

Intimados: Anderson Monteiro Costa, Gestor(a); Cristiana Santos de Araujo Almeida, Ex-Gestor(a); Nobson Pedro de Almeida, Ex-Gestor(a); Marco Aurélio de Medeiros Villar, Interessado(a); Camila Maria Marinho Lisboa Alves, Advogado(a).

Sessão: 2084 - 06/07/2016 - Tribunal Pleno

Processo: [04728/14](#)

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Pilões

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2013

Intimados: Edilson Mendes da Silva, Gestor(a).

1. Atos Administrativos

Resultado de Licitação

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, PROCESSO TC nº. 06883/16, tipo menor preço global, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, através da sua Presidente, torna público o resultado da Tomada de Preços nº 001/16, visando a contratação de empresa de serviços de engenharia para a execução das instalações elétricas e de cabeamento estruturado, em sessão realizada em 22/06/16, às 09:00 horas, na sua sede à Rua Prof. Geraldo von Sohsten, 147, Bairro de Jaguaribe, nesta Capital, tendo como vencedora a empresa MULTI CONSTRUÇÕES LTDA-EPP - CNPJ Nº: 20.298.792/0001-30, com o preço global de R\$ 54.293,29 (cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa e três reais e vinte e nove centavos). Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retromencionado ou pelo telefone 3208-3503. Disponível: www.tce.pb.gov.br. João Pessoa, 22 de junho de 2016. Presidente da CPL.

2. Atos do Tribunal Pleno

Intimação para Sessão

Sessão: 2084 - 06/07/2016 - Tribunal Pleno

Processo: [06504/04](#)

Jurisdicionado: Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana -

Citação para Defesa por Edital

Processo: [03917/15](#)

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Itabaiana

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014



Citados: Sonia Oliveira de Araujo, Interessado(a); Fabiana Maria Falcão Ismael da Costa, Advogado(a); Ronaldo Gomes da Silva, Interessado(a); José Ubiratan Correia de Melo, Interessado(a); Jose Marques de Sousa, Interessado(a); Wellington da Fonseca Chaves, Interessado(a); Luiz Antonio de Araujo Filho, Interessado(a); Geizimar Rodrigues da Silva, Interessado(a); Rosane Maria de Almeida, Interessado(a); Semeao Rodrigues Ferreira, Interessado(a); Ailson Pereira da Costa, Interessado(a); Valdomiro Sobreira Correia Junior, Interessado(a).

Prazo: 15 dias.

Intimação para Defesa

Processo: [04261/14](#)

Jurisdição: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2013

Intimados: Fabian Dutra Silva, Gestor(a).

Prazo: 15 dias

Nota: Para, querendo, se pronunciar acerca do que solicita o Ministério Público em cota fls. 1609/1.611 dos autos.

Processo: [04115/15](#)

Jurisdição: Projeto Cooperar

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Intimados: Roberto da Costa Vital, Gestor(a).

Prazo: 15 dias

Nota: Para contestar, querendo, no prazo regimental de 15 (quinze) dias, o relatório dos peritos da Divisão de Auditoria das Contas do Governo do Estado III - DICOG III, fls. 273/291 dos autos.

Processo: [04144/15](#)

Jurisdição: Câmara Municipal de Uirauna

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Intimados: Joaquim Marcelino de Lira Neto, Gestor(a).

Prazo: 15 dias

Nota: Para contestar, querendo, no prazo regimental de 15 (quinze) dias, o relatório dos peritos da unidade técnica de instrução deste Tribunal, fls. 27/34 dos autos.

Processo: [04491/15](#)

Jurisdição: Prefeitura Municipal de Diamante

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Intimados: Marcília Manguera Guimaraes, Gestor(a).

Prazo: 15 dias

Nota: Acerca do apontado pela auditoria em seu relatório inicial.

Processo: [04510/15](#)

Jurisdição: Prefeitura Municipal de Santa Inês

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Intimados: João Nildo Leite, Gestor(a).

Prazo: 15 dias

Nota: Acerca do apontado pela auditoria em seus relatórios (Inicial e de Complementação de instrução).

Processo: [04598/15](#)

Jurisdição: Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Intimados: Pedro Gomes Pereira, Gestor(a).

Prazo: 15 dias

Nota: Para, querendo, apresentar defesa acerca das constatações insertas no relatório da Auditoria.

Prorrogação de Prazo para Defesa

Processo: [02499/10](#)

Jurisdição: Paraíba Previdência

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2009

Citado: JOSÉ ALVES CÂNDIDO, Interessado(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Processo: [04640/14](#)

Jurisdição: Prefeitura Municipal de Nova Palmeira

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2013

Citado: PAULO ÍTALO DE OLIVEIRA VILAR, Advogado(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Ata da Sessão

Sessão: 2081 - Ordinária - Realizada em 15/06/2016

Texto da Ata: Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, à hora regimental, no Plenário Ministro João Agripino, reuniu-se o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em Sessão Ordinária, sob a direção do Conselheiro Vice-Presidente André Carlo Torres Pontes, tendo em vista a ausência justificada do Titular da Corte, Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima, que se encontrava em viagem tratando de assuntos de interesse desta Corte de Contas. Presentes, os Exmos. Srs. Conselheiros Antônio Nominando Diniz Filho, Fernando Rodrigues Catão, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira e Marcos Antônio da Costa. Presentes, também, os Conselheiros Substitutos Antônio Cláudio Silva Santos, Antônio Gomes Vieira Filho, Renato Sérgio Santiago Melo e Oscar Mamede Santiago Melo. Ausente, o Conselheiro Arnóbio Alves Viana, em período de férias regulamentares. Constatada a existência de número legal e contando com a presença da douta Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto a este Tribunal, Dra. Sheyla Barreto Braga de Queiroz, o Presidente deu início aos trabalhos e submeteu à consideração do Plenário, para apreciação e votação, a ata da sessão anterior, que foi aprovada, por unanimidade, sem emendas. Não houve expedientes em Mesa para leitura. Processos adiados ou retirados de pauta: PROCESSOS TC-05551/10, TC-4225/11, TC-04412/15, TC-04183/12, 11225/14, TC-00951/10, TC-04002/15 e TC-06776/06 (adiados para a sessão ordinária do dia 22/06/2016, por solicitação do Relator, tendo em vista que Sua Excelência estava presidindo a presente sessão, com os interessados e seus representantes legais, devidamente notificados) – Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes; PROCESSOS TC-04373/15 e TC-04045/12 (adiados para a sessão ordinária do dia 29/06/2016, em razão da ausência do Relator, que renovou suas férias regulamentares por mais quinze dias, com os interessados e seus representantes legais, devidamente notificados) – Relator: Conselheiro Arnóbio Alves Viana; PROCESSOS TC-04736/14 (retirado de pauta) e TC-03902/14 (adiado para a sessão ordinária do dia 22/06/2016, por solicitação do Relator, com o interessado e seu representante legal, devidamente notificados) – Relator: Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho; PROCESSO TC-10009/14 - (adiado para a sessão ordinária do dia 22/06/2016, por solicitação do Relator, com o interessado e seu representante legal, devidamente notificados) – Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão; PROCESSOS TC-04266/15 e TC-04133/14 - (adiados para a sessão ordinária do dia 22/06/2016, tendo em vista a ausência do Relator na parte da tarde, por motivo justificado, com o interessado e seu representante legal, devidamente notificados) – Relator: Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira; PROCESSOS TC-04255/13, TC-04351/14 e TC-04469/14 - (retirados de pauta) – Relator: Conselheiro Marcos Antônio da Costa; PROCESSO TC-04194/14 (adiado para a sessão ordinária do dia 22/06/2016, por solicitação do Relator, com o interessado e seu representante legal, devidamente notificados) – Relator: Conselheiro Substituto Antônio Cláudio Silva Santos. Em seguida, o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, fez o seguinte pronunciamento: “Gostaria de tecer alguns comentários sobre notícias que vem se avolumando nos meios de comunicação do Estado, acerca da retomada da discussão em torno da criação do Tribunal de Contas dos Municípios. É um tema que já foi bastante debatido no ano passado, ocasião em que foi demonstrada a inviabilidade, a desnecessidade e a ilegalidade da criação de um órgão desse porte. Rememorando as informações prestadas no ano passado acerca do assunto, importa anotar alguns dados: os órgãos que fazem parte do Estado da Paraíba, dos quais se inclui a nossa Corte de Contas, receberão, no corrente ano, cerca de noventa milhões de reais a menos, para desempenharem suas atividades, e esses valores estão distribuídos pelo Tribunal de Contas, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Justiça Comum, Defensoria Pública e Universidade Estadual, ou seja, o Estado da Paraíba está fazendo um esforço hercúleo para manter o seu equilíbrio fiscal, sacrificando a si próprio, aos servidores do Estado, a população de uma forma geral e aos órgãos do Estado da Paraíba. Do ponto de vista do sacrifício dos

servidores do Estado, tivemos a notícia que os servidores do Poder Executivo não puderam ter aumento de salários, neste ano, por conta da crise financeira, que demorou a chegar ao nosso Estado, pela insistente manutenção do equilíbrio que o Poder Executivo sempre buscou, mas que chegou, o que era de se esperar. Nenhum Estado da Federação está a salvo da crise econômica que, hoje, assola o nosso país e as pessoas de uma forma geral. Os números levantados pela Assessoria da Presidência, cujo resultado oficial será divulgado ainda esta semana, já sinalizam, por exemplo, que em 2016, até o mês de maio, o estado arrecadou, em termos reais, menos do que arrecadou em 2012 e, no mínimo, desde 2013, o Estado da Paraíba, apesar dos esforços que estão sendo feitos, não vem cumprindo os resultados nominal e primário. Aumentar despesa através de criação de órgãos, nessa oportunidade, trata-se de uma afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal. Fato semelhante, inclusive, que está repercutindo no Brasil inteiro, sobre o processo de afastamento da Presidente da República, diz respeito ao aumento de despesa em tempo de não alcance de resultados nominal e primário. Então, é inconcebível que se cogite, nesse momento, do ponto de vista eminentemente financeiro, criação de Tribunal de Contas, pelo Estado, para municípios. Por que toda a população está passando por sacrifícios? Porque o Estado não está conseguindo aplicar as despesas mínimas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, por falta de arrecadação. O Estado não está conseguindo, também, aplicar receitas mínimas em ações e serviços públicos de saúde e está acima da despesa com gastos de pessoal. Os dados em minhas mãos foram captados do Sistema de Transparência do próprio Estado, que não está omitindo informações para quem interessar possa, obtê-las, tratá-las e fazer a devida avaliação sobre a possibilidade, necessidade, oportunidade e conveniência de outro Tribunal de Contas, que de partida acarretará, por baixo, uma despesa de cerca de setenta milhões de reais ao Estado e esse valor não sou eu quem digo, pois quem trata desse valor é o próprio Secretário de Estado do Planejamento, que já disse, no ano passado, nós repercutimos e ele, por várias vezes, teve a oportunidade de negar e não negou. É imprudente e anti-responsabilidade fiscal falar de criação de Tribunal de Contas nesse momento e em momento algum. Demonstramos, no ano passado, que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba é um dos melhores Tribunais de Contas do Brasil. Os Tribunais de Contas de Estado para Municípios foram todos criados antes da Constituição Federal de 1988, alguns com mais de 30 anos de vivência e nenhum Estado rico da Federação sequer cogitam a criação de Tribunal de Contas de Estado para municípios. Por que o Estado do Rio Grande do Sul não fala neste assunto? Por que o Estado do Paraná também não fala nessa questão? Por que é que São Paulo e Rio de Janeiro também não falam? Alguém pode dizer que São Paulo e Rio de Janeiro tem Tribunal de Contas de Município, mas quem sustenta é o município de São Paulo e no Rio de Janeiro quem sustenta é o município do Rio de Janeiro. A idéia, aqui na Paraíba, parte da Assembleia Legislativa do Estado e digo isto, através de uma fato concreto, porque no final do ano passado foi incluída uma emenda no Projeto do Plano Plurianual, que hoje é lei, de autoria da Assembleia Legislativa para atribuir a Assembleia uma ação de criação e instalação de um Tribunal de Contas de Municípios. Está no PPA do Estado, cujo documento está disponível na página eletrônica do TCE/PB, para quem quiser consultar. Foi uma emenda parlamentar que incluiu essa ação de Governo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado que, diga-se de passagem, não tem competência legislativa para impulsionar um projeto que crie órgão no Estado, e isto não sou eu quem digo, isto foi decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em duas assentadas, e em várias assentadas do Supremo Tribunal Federal. Nesse momento, especificamente, há uma impossibilidade, ilegalidade financeira e fiscal para se cogitar a criação de um Tribunal de Contas, pelo Estado, para os municípios. É importante que a população seja esclarecida da real situação que envolve a criação do TCM e que saiba, repercutidamente, a situação financeira do Estado, que está a impossibilitar em absoluto se cogitar a criação de um órgão dessa magnitude. Basta ler os artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos que estão sendo difundidos no país como justificativas para o afastamento da Presidente da República. A Paraíba foi um dos últimos Estados da Federação a ultrapassar os chamados muros da crise, porque, desde o início, vem desenvolvendo uma gestão pautada na responsabilidade fiscal, mas não pôde se esquivar de entrar nessa situação de crise, porque o Estado da Paraíba ainda é extremamente dependente das receitas transferidas pela União. Em 2016, em termos reais, o Estado está arrecadando menos 8% do que arrecadou em 2015 e está arrecadando menos do que arrecadou em 2012 e, evidentemente, em 2016 ele deverá gastar

mais do que gastou 2015, pois houve um acréscimo de setenta e nove milhões em relação a despesa do ano passado. Creio que essas iniciativas de aumentar a despesa pública através de criação de órgão vai na contramão do esforço que o Estado vem fazendo para tentar manter em dia as obrigações do Estado. É fato notório que o Estado convidou fornecedores para renegociar dívidas, então estão todos fazendo sacrifício, admitindo, por exemplo, a diminuição de repasse de duodécimo, como estão admitindo o Tribunal e Contas do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a própria Assembleia Legislativa, a Universidade Estadual e a Defensoria Pública, para que se tente manter o Estado com a capacidade de quitação de suas obrigações. Do ponto de vista administrativo, é até mesmo irracional pensar numa nova estrutura diretiva para o exercício do Controle Externo. Um exemplo muito clássico: as grandes empresas de hoje não criam filiais com diretores e corpo administrativo, elas criam melhores condições para se desenvolver a área fim. O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba tem feito um trabalho nesse sentido, para demonstrar a eficiência na ação e na atuação, ou seja, no cumprimento de suas tarefas, se utilizando das tecnologias da informação, para não precisar incrementar sua estrutura administrativa. A criação de um outro Tribunal de Contas não é um retrocesso fiscal ou um retrocesso na história do Tribunal e sim um retrocesso na história no sentido de administrar e, em especial, de exercer a administração pública. Finalizando, gostaria de informar que a análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já se avizinha e será divulgada e encaminhada a todos os órgãos que fazem parte da estrutura governamental do Estado". Ainda com a palavra, Sua Excelência o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes prestou as seguintes informações ao Tribunal Pleno: "Inicialmente, gostaria de ler um comunicado que me foi dirigido pelo Diretor do Centro Cultural Ariano Suassuna, Sr. Flávio Sátiro Filho: "Amanhã, dia 16/06/2016, é o octagésimo nono aniversário de nascimento do saudoso Acadêmico Ariano Villar Suassuna, dramaturgo, romancista, ensaísta e poeta, nascido em 1927, nas dependências do Palácio da Redenção, filho do então Presidente do Estado, João Suassuna. Muito se tem a falar sobre esse grande escritor paraibano, entretanto, o registro hoje é apenas da passagem da sua data natalícia, ele que nos deixou em 23 de julho de 2014. Foi um homem que alcançou uma dimensão cultural e humana extraordinária, sendo hoje perpetuado na história através do reconhecimento de sua trajetória, tendo integrado a academia Brasileira de Letras e as Academias Paraibana e Pernambucana de Letras, sendo o idealizador do Movimento Armorial que tem como objetivo criar uma arte erudita a partir de elementos da cultura popular do Nordeste Brasileiro. Na literatura, Ariano é o autor, entre outros, do conhecido "O Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta". O Tribunal de Contas tem o orgulho de ter o seu Centro Cultural denominado de Centro Cultural Ariano Suassuna e o registro de hoje não apenas e uma homenagem ao saudoso paraibano que, em vida, foi um ardoroso defensor da cultura do Nordeste brasileiro". Informo, também, que na semana passada, nos dias 8, 9 e 10 de junho, os servidores deste Tribunal Agda Mirella Miranda sa Costa Alvino, André Luiz de Almeida Pereira e Sara Maria Rufino de Sousa, desempenharam a representação do Tribunal na I Mosrea de Emprego e Estágio, que foi realizada na Faculdade Internacional da Paraíba (FIP). Esteve presente, também, a nossa douta Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Dra. Sheyla Barreto Braga de Queiróz, para abrihantar ainda mais a participação desta Corte naquele evento. O stand do TCE-PB foi um dos mais procurados e lá, além de apresentar o que o Tribunal faz, foram oferecidos serviços, inclusive inscrição para o concurso de estágios desta Corte de Contas, que está em curso. Aproveito a oportunidade para ler, também, uma nota elaborada pelo Assessor de Comunicação desta Corte, Jornalista Genésio de Sousa, acerca da visita feita pelo Procurador da República João Raphael de Lima e do Sr. Gabriel Aragão Wright, Chefe da CGU, na Paraíba, que contou, também, com a presença dos ACPs Humberto Carlos do Amaral Gurgel (Consultor Técnico) e Josediton Alves Diniz (Assessor desta Corte), responsáveis por informações estratégicas relacionadas com a Operação Dom Bosco: "O Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, recebeu, no final da manhã desta terça-feira (14), visitas de cortesia do Chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Dr. Gabriel Aragão Wright, e do Procurador da República, Dr. João Raphael Lima, oportunidade em que falaram do trabalho positivo que vem sendo realizado pelos órgãos de controla externo no âmbito da União e dos Estados. O Procurador enfatizou a eficiência do sistema Sagres do TCE-PB, que monitora o acompanhamento das despesas públicas realizadas pelas administrações do Estado e das Prefeituras. Gabriel Aragão lembrou

o trabalho de transparência pública que vem sendo realizado nos últimos três anos, numa parceria em a CGU e o Tribunal de Contas, mobilizando as prefeituras municipais para a implantação de portais de transparência. Os dois órgãos agiram numa ação pedagógica e orientadora em relação às exigências da noma Lei de Acesso à Informação, bem como no tocante à Lei de Transparência, que possibilitaram avanços importantes para os próprios municípios, que hoje se destacam nos rankings de transparência realizados pelo Ministério Público em todo o País. O Conselheiro André Carlo Torres Pontes, que coordena o trabalho de transparência do TCE-PB, informou que a Auditoria do Tribunal está concluindo, até o final do mês, mais uma rodada de avaliações em todos os municípios da Paraíba. Esse trabalho mede os índices de transparência nos portais, por meio de critérios técnicos, inseridos em um questionário, conforme estabelece a resolução pertinente. O Sagres (Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade) é uma ferramenta de controle social, que disponibiliza as principais informações relativas à gestão pública fornecidas pelos respectivos gestores, sem que sobre ela haja emitido qualquer juízo de valor. Permite na versão captura acessar os dados da execução orçamentária, licitações, obras e folha de pessoal dos jurisdicionados, que devem enviar a prestação de contas públicas ao TCE". Informo à Vossa Excelências que assinei Portaria a ser publicada amanhã (dia 16), determinando que o expediente da próxima segunda-feira seja dobrado (das 8:00hs às 12:00hs e de 13:00hs às 17:00hs), para tornar compensado o expediente do dia 23 de junho próximo, que véspera de São João, a exemplo do que fez o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, isto com a anuência da Direção desta Corte de Contas. Submeto, também, à Vossa Excelências, um VOTO DE APLAUSOS ao Corpo de Bombeiros Militar da do Estado da Paraíba que, no último dia 09 de junho completou o nonagésimo nono ano de aniversário e asolenidade ocorreu ontem (dia 14), nas dependências do Espaço Cultural José Lins do Rêgo. O Tribunal, por duas vezes, foi homenageado pelo Corpo de Bombeiros e, ontem, tive a honra, também, de receber uma comenda. Nesta oportunidade, estou propondo esta Moção de Aplausos, pela história do Corpo de Bombeiros, pela sua tradição e creio ser um dos órgãos que guarda maior nível de legitimidade perante a população, e esta quando se reporta ao Corpo de Bombeiros, dificilmente trás algum traço negativo, sempre são as maiores laureas possíveis de uma instituição pública a receber, o que, na atualidade, é uma raridade". Na oportunidade, o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, submeteu à consideração do Tribunal Pleno a sua proposição de Voto de Aplausos na direção do Corpo de Bommeiros Militar do Estado da Paraíba, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Fernando Rodrigues Catão usou da palavra para fazer o seguinte pronunciamento: "Senhor Presidente, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelos responsáveis e oportunos Alertas feitos quanto à gestão fiscal do Estado e, além dessas preocupações que Vossa Excelência levanta, como por exemplo diminuição de duodécimos, faz parte do jogo e não maiores consequências para a sociedade. O que é gavre, Senhor Presidente, é a informação que recebi de pessoas que residem em Campina Grande, de que há seis meses a água do Açude Boqueirão que abastece Campina Grande e mais 18 municípios, para cerca de um milhão de pessoas, não está recebendo o tratamento adequado tendo em vista que a Cagepa não manda recursos financeiros para comprar o material. Foi denunciado ontem que o esgoto da cidade Monteiro não está concluído e irá contaminar as águas que virão da transposição do Rio São Francisco, que deverão chegar em breve à Paraíba. Conversei com um Engenheiro em Campina Grande e ele me disse que não qualquer possibilidade de se usar a água da transposição do Rio São Francisco em menos de um ano e meio. O Açude de Boqueirão só pegou este ano até agora seis milímetros de água, enquanto que o Açude de Coremas continua secando e num momento de crise em todas as áreas se pensar em despesa para instalação de outro Tribunal, acho uma temeridade neste momento e em qualquer momento para o Estado da Paraíba". No seguimento, a Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas junto a esta Corte, Dra. Sheyla Barreto Braga de Queiróz, usou da palavra para fazer o seguinte pronunciamento: "Senhor Presidente, muito rapidamente com relação ao TCM não gostaria de crescer em nada a sua fala irretocável, mas somente a título de reforço à parte do seu pronunciamento que diz que, ainda que estivéssemos no cenário ideal de recursos, a própria tese da criação e instalação de um TCM na Paraíba seria, absolutamente, impertinente. Com relação à nossa participação na I Mostra de Emprego e Estágio da FIP, gostaria de frisar o total apoio da Presidência desta Corte de Contas, enfatizando que lá compareci não na qualidade de Procuradora-Geral desta Corte, mas de

Coordenadora-Geral dos Estágios. Foi interessante comperecer àquele evento, porque pudemos aferir como o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba não é desconhecido, mesmo de estudantes que não fazem os cursos de Contabilidade e Direito, e ao mesmo tempo, registrar que para alguns o Tribunal de Contas é até uma fonte de captação de talentos, porque mesmo não cursando aquelas licenciaturas e bacharelados que foram escolhidos pelo Tribunal, neste momento, para ser objeto de disponibilização de vagas por meio de processo seletivo simplificado, havia procura de estudantes no sentido de o Tribunal no futuro, promover a abertura de vagas para estágios, também em áreas como por exemplo, Psicologia e Assistência Social. No tocante ao texto elaborado pelo Diretor do nosso Centro Cultural, Sr. Flávio Sátiro Filho, em torno do aniversário de Ariano Suassuna, aquele que empresta o seu nome a esse valioso equipamento cultural, posto à discussão da sociedade paraibana pelo Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, que seja enviada à sua família daquele ilustre paraibano, porque me ressinto, participadamente de o nosso Portal na Internet não contemplar um link específico para o Centro Cultural Ariano Suassuna. Lembro que isto já foi sugerido por várias vezes, que o Portal contemplasse um link que funcionaria até nos moldes de um hotsite, bastante interativo e colocando à disposição daqueles internautas o teor da programação de eventos e atividades, etc. Sugiuro que fosse sopesado junto ao pessoal da ASTEC essa possibilidade, porque é um equipamento cultural bastante usado, inclusive pelo próprio Tribunal de Contas, não apenas pela sociedade e que não consta, sequer, no nosso Portal". Na oportunidade, o Presidente em exercício determina à SECPL que expedisse Memorando à ASTEC, para que seja planejado, projetado e criado um link no Portal do TCE-PB, para o Centro Cultural Ariano Suassuna, cujos contornos deverão ser combinados com a Direção do CCAS e com a proponentora do pedido, Dra. Sheyla Barreto Braga de Queiróz, que também, faz parte do Conselho Cultural do Centro Cultural Ariano Suassuna, bem como comunicar à família do ilustre paraibano sobre o texro transcrito nesta ata, acerca do 89º Aniversário daquele ilustre paraibano. Em seguida, Sua Excelência registrou a presença em Plenário, da ex-Estagiária e ex-Secretária do Ministério Público de Contas junto a est Corte, Dra. Carolina Monteiro. Ainda nesta fase, o Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho pediu a palavra para prestar a seguinte informação ao Tribunal Pleno: "Senhor Presidente, comunico que através de Decisão Singular, indeferi o Pedido de Parcelamento encaminhado pelo Prefeito do Município de Bananeiras (DOC. TC-29719/16), referente à multa que lhe foi aplicada no valor de R\$ 5.000,00, tendo em vista que Sua Excelência não apresentou a documentação comprobatória de sua condição financeira, conforme prevê os artigos 210 e 221 do Regimento Interno desta Corte de Contas. Para concluir, Senhor Presidente, funcionou aquele Memorando sobre as Organizações Sociais (OS) que havia solicitado e que espero julgar antes da relatoria da Saúde. Já me reuni com o pessoal da Auditoria e fizemos um cronograma. Gostaria, nesta oportunidade, que Vossa Excelência, também, determinasse a mesma providência sobre a inspeção nas agências quanto as questões da Comunicação. Estou com a PCA de 2014 na minha mesa, com as mesmas irregularidades que foram detectadas quando do pedido de vista do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, e voltou para a Auditoria, que precisa da inspeção". Na oportunidade, o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes dererminou à SECPL que expedisse Memorando ao Diretor da DIAFI, no sentido de que informe ao Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho a programação da Auditoria, sobre os processos mencionados por Sua Excelência, acerca de Inspeções na área de Comunicação do Estado. Em Assuntos Administrativos, o Presidente submeteu à consideração do Tribunal Pleno, que aprovou por unanimidade, com a ressalva proposta pelo Conselheiro André Carlo Torres Pontes, a MINUTA DE RESOLUÇÃO NORMATIVA – que institui o índice de Efetividade da Gestão Municipal (EGM), no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e dá outras providências. Ainda nesta fase, Sua Excelência o Presidente submeteu à consideração do Plenário, que aprovou por unanimidade, o requerimento do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, no sentido de que fosse deferido o gozo de 15 (quinze) dias de suas férias regulamentares, relativas ao 2º período de 2015, programadas para início no dia 27/06/2016, conforme estabelecido na Resolução RA-TC-21/2015, restando o saldo do respectivo período a ser fixado posteriormente. Requerendo, também que seja desconsiderado o pedido formulado através do Processo TC-06796/16, em 05/05/2016. Em seguida, o Presidente deu início à PAUTA DE JULGAMENTO anunciando da classe Por Pedido de Vista – ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL – PROCESSO TC-05053/13 – Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município de CAMPINA GRANDE, Sr. Veneziano Vital do Rêgo Segudo Neto, relativa ao



exercício de 2012. Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes com vista ao Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. Na oportunidade, o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes transferiu a direção dos trabalhos ao Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, tendo em vista ser o Relator do processo. Em seguida, o Presidente fez o seguinte resumo da votação: VOTO DO RELATOR: Foi no sentido de que esta Corte decida: 1- emitir parecer favorável à aprovação da contas do Senhor Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, na qualidade de Prefeito do Município de Campina Grande, relativa ao exercício de 2012, com a ressalva do art. 138, parágrafo único, inciso VI, do Regimento Interno do TCE/PB; 2- Declarar o atendimento parcial às exigências da LRF, por motivo da insuficiência financeira e falhas na elaboração de demonstrativos de gestão fiscal; 3- Recomendar à atual gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande no sentido de evitar toda e qualquer ação administrativa que, em similitude com aquelas ora debatidas, venham macular as contas de gestão, de encaminhar a documentação solicitada pela Auditoria, tangente ao procedimento licitatório reclamado e incentivar o Conselho do FUNDEB a se reunir regularmente; 4- Comunicar ao Ministério Público Comum, para a adoção de medidas no âmbito de sua competência, os fatos sobre a emissão de cheques sem a devida provisão de fundos, fraude em documentos públicos, despesas irregulares e não comprovadas, entre outros; 5- Recomendar à Presidência do TCE/PB avaliar o art. 5º, da Resolução Normativa RN - TC 07/09, que trata dos documentos enviados por meio eletrônico ao TCE/PB, no sentido de que sejam apresentados os originais, gerados pelos Bancos, dos extratos bancários e respectivas aplicações financeiras, mencionados no inciso XIV, para que seja evitada a ocorrência de fraude em extratos bancários enviados a esta Corte de Contas; 6- Informar que a decisão decorreu do exame dos fatos e provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas, nos termos do art. 140, §1º, inciso IX, do Regimento Interno do TCE/PB. O CONS. FERNANDO RODRIGUES CATÃO pediu vista do processo. O Conselheiro Marcos Antônio da Costa e o Conselheiro em exercício Antônio Cláudio Silva Santos reservaram seus votos para a presente sessão. O Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho estava presidindo a sessão, em razão da declaração de impedimento do Titular da Corte, Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima; do Vice-Presidente estar relatando o processo, e do Conselheiro decano Arnóbio Alves Viana se encontrar em período de férias. O Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira se declarou impedido, tendo sido convocado o Conselheiro Substituto Antônio Cláudio Silva Santos, para completar o quorum regimental. Em seguida, Sua Excelência, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Fernando Rodrigues Catão que, após tecer comentários acerca dos motivos que o levaram a pedir vista do processo, votou nos seguintes termos: "Em relação ao meu pedido de vista, não posso deixar de registrar as naturais dificuldades de análise em decorrência do exíguo espaço de tempo, bem como a complexidade inerente à apreciação das contas da segunda maior economia do estado, que se somam ao grande volume de informações que aportaram a este Tribunal como denúncia e que muito dificultou a minha tomada de decisão. Assim, com este brevíssimo comentário passo a expor: Quanto ao alcance do índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde, a Auditoria, o Relator e a Defesa chegaram a percentuais diferentes de 13,37%; 17,24% e 16,86%, respectivamente. Em meus cálculos, o município de Campina Grande aplicou o percentual de 14,82%, montante este que considero, como de costume, sendo 15%, dada a regra de arredondamento previsto nas normas técnicas da ABNT. Com estas observações, entendo que foi atingido o percentual mínimo de aplicação Ações e Serviços Públicos de Saúde, adotando o percentual do relator, tendo em vista suas explicações. O número apresentado por mim mereceria análise mais apurada, inclusive até mesmo a convocação do Órgão Auditor para se pronunciar de forma complementar, o que ao meu sentir apenas atrasaria a conclusão do julgamento destes autos. No que diz respeito à insuficiência financeira para pagamentos de curto prazo, no valor de R\$ 37.962.614,25, entendo que tal montante, considerando a receita total prevista no orçamento do exercício de 2012 (R\$ 830.528.234,00) não representa disparidade significativa a ensejar punição ao Gestor, motivo pelo qual entendo caber apenas recomendação, atentando ao fato de que tal prática é reiterada em todos os exercícios, e que sempre foram feitas recomendações. No que se refere ao não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador, no valor de R\$ 13.072.393,63, em análise no SAGRES, quando se verifica o Elemento de Despesa 77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciada, percebe-se que

os valores referentes aos parcelamentos realizados pelo ente com o INSS e o IPSEM vêm sendo pagos ao longo dos exercícios, conforme se vê a seguir: CAMPINA GRANDE: Elemento de Despesa 77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciada – Exercícios de 2010: R\$ 5.869.408,84; 2011: R\$ 3.190.000,58; 2012: R\$ 5.542.724,39 e 2013: R\$ 4.315.599,35. Além do mais, entendo que, havendo a renegociação do débito, sana-se a irregularidade, desde que comprovado o seu adimplemento nos exercícios posteriores. Quanto às despesas sem comprovação, que a Auditoria calculou no montante de R\$ 40.322.632,86, a despeito do entendimento da defesa e do relator, de que a responsabilização deva cair unicamente sobre os secretários, porquanto ordenadores de despesa, entendo caber responsabilização solidária ao gestor do Município, em razão do mesmo ser o Chefe da Administração, o qual, subentende-se, deva estar a par das questões que possam recair negativamente sobre sua gestão. Porém, filio-me ao entendimento do relator, visto que o Tribunal ainda não se pronunciou acerca de denúncia protocolada neste tribunal, que trata do encaminhamento do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/2015, da Câmara de Vereadores de Campina Grande, a qual investigou denúncias de "caixa dois", improbidade administrativas, licitações fraudulentas, desvios de recursos oriundos da Tesouraria da Prefeitura Municipal de Campina Grande e, ainda, falsidade ideológica na documentação apresentada na contabilidade da prefeitura nos anos de 2005 a 2012. A referida denúncia foi protocolada em 28/04/2016 e foi recepcionada pela Procuradoria Geral do MPJTCE/PB, originando o Documento TC nº 22908/16, contendo mais de 4.000 (quatro mil) páginas, o que torna impossível uma posição final de minha parte em sede de pedido de vista. Para realçar a dificuldade, embora me debruçando sobre os documentos que foram digitalizados, não consegui, neste exíguo espaço de tempo que dediquei ao processo, identificar pelo menos o relatório conclusivo da CPI, me atendo a leitura "transversal" dos documentos disponibilizados eletronicamente. Assim, prefirei aguardar a análise dos documentos por parte do Tribunal e, se for o caso, inclusive como já sugere o relator, se conclua pela reabertura as contas do alcaide para repercussão das eventuais irregularidades encontradas, neste e em outros exercícios. Ante o exposto, acompanho o Relator em seu voto, acrescentando a aplicação de multa ao Sr. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, ex-gestor do município de Campina Grande, no valor de R\$ 4.150,00". Aprovado o voto do Relator, por unanimidade, quanto ao mérito, com a discrepância do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão no tocante a não aplicação de multa ao ex-gestor municipal, que foi aprovada por maioria, com a declaração de impedimento do Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira. Devolvida a direção dos trabalhos ao Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, Sua Excelência anunciou o PROCESSO TC-04674/14 – Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município de AROEIRAS, Sr. Mylton Domingues de Aguiar Marques, relativa ao exercício de 2013. Relator: Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira. Sustentação oral de defesa: Advogado Diogo Maia da Silva Mariz. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido de que este Tribunal decida: 1- Emitir parecer contrário à aprovação da prestação de contas anual do Sr. Mylton Domingues de Aguiar Marques, Prefeito do Município de Aroeiras, relativa ao exercício de 2013, com as recomendações constantes da decisão; 2- Declarar o atendimento parcial às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal; 3- Julgar irregulares as contas de gestão do Sr. Mylton Domingues de Aguiar Marques, na qualidade de Ordenador de Despesas; 4- Declarar irregular a Dispensa de Licitação elencada nos autos; 5- Imputar débito ao Prefeito Municipal de Aroeiras, Sr. Mylton Domingues de Aguiar Marques, no valor de R\$ 987.550,00, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, para recolhimento aos cofres municipais; 6- Aplicar multa pessoal ao referido gestor municipal, no valor de R\$ 8.815,00, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, para recolhimento ao erário estadual, em favor do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal; 7- Encaminhar cópia da decisão ao Ministério Público Estadual, para as providências legais cabíveis; 8- Representar à Receita Federal do Brasil, acerca das questões de natureza previdenciária; 9- Determinar a abertura de processo específico, para decretação de inidoneidade da empresa Cardoso Locações e Transportes Ltda. CONS. ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ FILHO: pediu vista do processo. Os Conselheiros Fernando Rodrigues Catão e Marcos Antônio da Costa reservaram seus votos para a próxima sessão. A seguir, o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes promoveu as inversões de pauta, nos termos da Resolução TC-61/97, anunciando o PROCESSO TC-03108/12 – Recurso de Reconsideração interposto pelo ex-Prefeito do Município de SOLEDADE, Sr. João Bento Leite do Nascimento, contra decisões



consubstanciadas no Parecer PPL-TC-207/2013 e no Acórdão APL-TC-841/2013, emitidas quando da apreciação das contas do exercício de 2011. Relator: Conselheiro Substituto Antônio Cláudio Silva Santos. Sustentação oral de defesa: Advogado Carlos Roberto Batista Lacerda. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. PROPOSTA DO RELATOR: Foi no sentido do Tribunal: preliminarmente, tomar conhecimento do mencionado recurso, em virtude do cumprimento dos pressupostos regimentais, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para: 1 - desconstituir a decisão contrária a aprovação das contas do Sr. José Bento Leite do Nascimento (período 27/09 a 31/12/2011), consubstanciada no Parecer PPL TC 207/2013, item "II"; 2 - emitir parecer favorável à aprovação da prestação de contas do Sr. José Bento Leite do Nascimento (período 27/09 a 31/12/2011); 3 - suprimir os itens "III" e "IV" do Acórdão APL TC 841/2013; 4 - julgar regulares com ressalvas as contas de gestão do Ex-prefeito José Bento Leite do Nascimento (período 27/09 a 31/12/2011), na qualidade de Ordenador de Despesas, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 18/93; 5 - alterar a multa aplicada através do Acórdão APL TC 841/2013, item "V", de R\$ 7.882,17 para R\$ 3.000,00; e 6 - manter as demais decisões do Acórdão APL TC 841/2013. Aprovada a proposta do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-04879/13 – Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito do Município de CUITÉ DE MAMANGUAPE, Sra. Isaurina dos Santos Medeiros de Brito e pelo gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Adelson Francisco Ferreira, contra decisões consubstanciadas no Parecer PPL-TC-185/2014 e no Acórdão APL-TC-642/2014, emitidas quando da apreciação das contas do exercício de 2012. Relator: Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho. Sustentação oral de defesa: Advogado Marco Aurélio de Medeiros Villar. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterados o Parecer PPL TC 00185/14 e o Acórdão APL TC 00642/14. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-05397/13 – Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município de PRATA, Sr. Marcel Nunes de Farias, bem como do do gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Cícero Nunes de Farias, e da gestora do Fundo Municipal de Educação, Sra. Maria de Lourdes Prata Silva, relativa ao exercício de 2012. Relator: Conselheiro Marcos Antônio da Costa. Sustentação oral de defesa: Advogado Josedeo Saraiva de Souza. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno: 1. Emitir Parecer Favorável à aprovação das contas prestadas pelo Prefeito Municipal de Prata, Senhor Marcel Nunes de Farias, relativas ao exercício de 2012, com as ressalvas do inciso VI, Art. 138 do Regimento Interno deste Tribunal, neste considerando o atendimento parcial às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000); 2. Julgar Regulares com Ressalvas as contas de gestão de responsabilidade do Senhor Marcel Nunes de Farias; 3. Julgar irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Prata, durante o exercício de 2012, sob a responsabilidade do Senhor Cícero Nunes de Farias; 4. Julgar regulares as contas do Fundo Municipal de Educação de Prata, durante o exercício de 2012, sob a responsabilidade da Senhora Maria de Lourdes Prata Silva; 5. Determinar ao Senhor Cícero Nunes de Farias a restituição da importância de R\$ 4.263,00 (quatro mil e duzentos e sessenta e três reais), equivalente a 94,92 UFR-PB, referentes a despesas não comprovadas com aquisição de 210 camisas para os ACS/ACE e profissionais de saúde, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação de multa; 6. Aplicar multa pessoal ao ex-Prefeito Municipal, Senhor Marcel Nunes de Farias, no valor de 5.000,00 (cinco mil reais), equivalente a 111,33 UFR-PB, por desobediência à Constituição Federal, Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 (Lei do Pregão), Lei nº 4.320/64, Princípios e Normas de Contabilidade, Resoluções Normativas RN TC 05/2005, 03/09, 03/2010 e 09/2012, configurando, portanto, a hipótese prevista no artigo 56, inciso II, da LOTCE (Lei Complementar 18/93) c/c Portaria nº 18/2011; 7. Aplicar multa pessoal ao ex-Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Prata, Senhor Cícero Nunes de Farias, no valor de 3.000,00 (três mil reais), equivalente a 66,80 UFR-PB, por desobediência à Constituição Federal, Resoluções Normativas RN TC 05/2005 e 03/2010, bem como existência de despesas não comprovadas, configurando, portanto, a hipótese prevista no artigo 56, inciso II, da LOTCE (Lei Complementar 18/93) c/c Portaria nº 18/2011; 8. Assinar-lhes o prazo de 60 (sessenta) dias para o recolhimento voluntário do valor das multas antes referenciados ao Fundo de Fiscalização Financeira e Orçamentária Municipal, sob pena de cobrança executiva, desde já recomendada, inclusive com a interveniência da Procuradoria Geral do

Estado ou do Ministério Público, na inação daquela, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 71 da Constituição do Estado, devendo a cobrança executiva ser promovida nos 30 (trinta) dias seguintes ao término do prazo para recolhimento voluntário, se este não ocorrer; 9. Representar à Receita Federal do Brasil, com relação aos fatos atrelados às contribuições previdenciárias, para a adoção das providências cabíveis; 10. Recomendar à Edilidade, no sentido de que não mais repita as falhas verificadas nos presentes autos, especialmente aquelas referentes ao atendimento dos preceitos constantes da Constituição Federal, Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão), Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei 4.320/64, bem como os atos normativos editados por esta Corte de Contas. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-02834/12 – Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito do Município de REMÍGIO, Sr. Luis Cláudio Régis Marinho, contra decisão consubstanciada no Acórdão APL-TC-729/2013. Relator: Conselheiro Substituto Antônio Gomes Vieira Filho. Sustentação oral de defesa: Advogado Carlos Roberto Batista Lacerda. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. PROPOSTA DO RELATOR: Foi no sentido do Tribunal conhecer do recurso, e, no mérito, concederem-lhe provimento parcial, para os fins de: 1) Afastar a imputação de débito ao Sr. Luiz Cláudio Régis Marinho, Ex-Prefeito Municipal de Remígio, no valor de R\$ 141.058,52, sendo: R\$ 17.500,00 referente ao suposto superfaturamento na locação do veículo de Placa CPR-9804; R\$ 19.933,52 referente a possível excesso em gastos com combustíveis; e R\$ 103.625,00 referente à locação considerada inicialmente fictícia de veículo para a Secretaria da Infra-Estrutura, vez que os argumentos apresentados em defesa foram suficientes para esclarecer essas falhas; 2) Com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 18/93, julgar regulares, com ressalvas, os gastos descritos no Relatório, ordenadas pelo Gestor; 3) Emitir novo Parecer, desta feita favorável à aprovação das contas do Sr. Luiz Cláudio Régis Marinho, Ex-Prefeito Municipal de Remígio, exercício 2011; 4) Manter os demais termos do Acórdão APL TC nº 729/2013. Aprovada a proposta do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-05267/13 – Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito do Município de REMÍGIO, Sr. Luis Cláudio Régis Marinho, contra decisão consubstanciada no Acórdão APL-TC-634/2014. Relator: Conselheiro Substituto Antônio Gomes Vieira Filho. Sustentação oral de defesa: Advogado Carlos Roberto Batista Lacerda. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. PROPOSTA DO RELATOR: Foi no sentido do Tribunal conhecer do recurso, e, no mérito, concederem-lhe provimento parcial, para os fins de: 1. Afastar o débito imputado ao Sr. Luiz Cláudio Régis Marinho, Ex-Prefeito Municipal de Remígio, no valor de R\$ 152.262,96, sendo: R\$ 18.000,00 referente ao suposto superfaturamento na locação do veículo de Placa CPR-9804; R\$ 120.000,00 referente à locação inicialmente considerada fictícia de veículo para a Secretaria da Infra-Estrutura; e R\$ 14.262,96 referente a saldos registrados como disponibilidades sem a comprovação por meio de extratos, que foram esclarecidos; 2. Releva a falha relativa ao descumprimento de regras estabelecidas em Resolução do TCE para a transmissão de cargos; 3. Com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 18/93, julgar regulares, com ressalvas, os gastos descritos no Relatório, ordenadas pelo Gestor 4. Emitir novo Parecer, desta feita favorável à aprovação das contas do Sr. Luiz Cláudio Régis Marinho, Ex-Prefeito Municipal de Remígio, exercício 2012; 5. Manter os demais termos do Acórdão APL TC nº 634/2014. Aprovada a proposta do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-04559/13 – Recurso de Reconsideração interposto pelo Prefeito do Município de MOGEIRO, Sr. Antônio José Ferreira, contra decisões consubstanciadas no Parecer PPL-TC-00062/14 e no Acórdão APL-TC-00250/14, emitidas quando da apreciação das contas do exercício de 2012. Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo. Sustentação oral de defesa: Advogado John Johnson Gonçalves de Abrantes. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. PROPOSTA DO RELATOR: Foi no sentido do Tribunal Pleno conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra as decisões recorridas. Aprovada a proposta do Relator. Tendo em vista o adiantado da hora, o Presidente suspendeu a sessão, retomando os trabalhos às 14:50hs. Reiniciada a sessão, Sua Excelência convocou, inicialmente, o Conselheiro Substituto Antônio Cláudio Silva Santos para completar o quorum regimental, tendo em vista a ausência justificada do Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras. Em seguida, anunciou o PROCESSO TC-05457/13 – Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município de ALHANDRA, Sr. Renato Mendes Leite,



relativa ao exercício de 2012. Relator: Conselheiro Marcos Antônio da Costa. Na oportunidade, o Presidente em exercício convocou, também, o Conselheiro Substituto Antônio Gomes Vieira Filho para completar o quorum regimental, tendo em vista a declaração de impedimento do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho. Sustentação oral de defesa: Advogado Marco Aurélio de Medeiros Villar que, na oportunidade, suscitou uma Preliminar de anexação de novos documentos aos autos, no que foi rejeitada, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno: 1. Emitir e remeter à Câmara Municipal de Alhandra, Parecer Contrário à aprovação da prestação de contas do Prefeito Municipal, Senhor Renato Mendes Leite, referente ao exercício de 2012, neste considerando que o Gestor supraindicado atendeu parcialmente às exigências da LRF; 1. Julgar irregulares as contas de gestão, na condição de ordenador de despesas, do Senhor Renato Mendes Leite; 2. Determinar a restituição aos cofres públicos municipais da quantia de R\$ 1.353.107,79 (um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, cento e sete reais e setenta e nove centavos) ou 30.129,32 UFR-PB, relativa a despesas não comprovadas com prestação de serviços com contratação para projetos arquitetônicos, projetos elétricos, contratação de engenheiro civil e ministração de cursos (R\$ 154.043,80), com Restos a Pagar (R\$ 300.243,52) e com realização de eventos festivos (R\$ 898.820,47), com recursos do próprio gestor, Senhor Renato Mendes Leite, no prazo de 60 (sessenta) dias; 3. Aplicar-lhe multa pessoal, no valor de R\$ 7.882,17 (sete mil oitocentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos), equivalente a 175,51 UFR-PB, em virtude de infringir o conjunto de normas, preceitos e regulamentos, a saber: abertura de créditos adicionais suplementares sem a devida indicação dos recursos correspondentes; déficit financeiro; ausência de informações de procedimentos licitatórios ao SAGRES, quanto aos Pregões Presenciais n.º 03 e 04/2012; não pagamento do piso nacional profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública; ausência de encaminhamento da programação anual de saúde ao Conselho Municipal de Saúde; não elaboração do Plano de Saúde Plurianual; não encaminhamento do Parecer do FUNDEB; não adoção de providências para a constituição e arrecadação do crédito tributário; não retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores; não atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos; inexistência de cadastro de beneficiários de doações; emissão de cheques sem suprimento de fundos; despesas não lícitas, no montante de R\$ 15.868.146,26, representando 33,19% da Despesa Orçamentária Total (R\$ 47.813.538,02); não aplicação do percentual mínimo de receita em Ações e Serviços Públicos de Saúde; insuficiência financeira para pagamentos de curto prazo no último ano de mandato, no montante de R\$ 1.899.228,64; não empenhamento da contribuição previdenciária do empregador, junto ao Regime Geral e o Próprio; pagamentos de despesas não comprovadas; não instituição do sistema de controle interno mediante lei específica; ineficiência dos procedimentos de controle dos sistemas administrativos; ausência de formalidades nos empenhos e de controles gerenciais em diversos pagamentos, notadamente com eventos festivos, limpeza urbana, bem como com aquisição de material de higiene e limpeza, de gêneros alimentícios e de medicamentos, locação de veículos, bem como com ajudas financeiras concedidas, configurando, portanto, a hipótese prevista no artigo 56, inciso II, da LOTCE e Portaria 18/2011; 4. Assinar o prazo de 60 (sessenta) dias para o recolhimento voluntário da multa ora aplicada, aos cofres estaduais, através do Fundo de Fiscalização Financeira e Orçamentária Municipal, sob pena de cobrança executiva, desde já recomendada, inclusive com a interveniência da Procuradoria Geral do Estado ou da Procuradoria Geral de Justiça, na inação daquela, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 71 da Constituição do Estado, devendo a cobrança executiva ser promovida nos 30 (trinta) dias seguintes ao término do prazo para recolhimento voluntário, se este não ocorrer; 5. Ordenar a formalização de autos específicos para análise das despesas com obras, aqui noticiadas, não contempladas no Processo TC n.º 09403/13, pela Divisão de Controle de Obras Públicas (DICOP) ou, por economia processual, neste ser incluído, complementando-se a instrução já iniciada; 6. Determinar à atual administração a adoção de providências urgentes no sentido de realizar as devidas compensações financeiras, nos moldes aqui indicados (item 4 do Voto) com possíveis valores a pagar ou, no caso destes não mais existir, solicitar o devido ressarcimento junto aos credores identificados em instrumento contábil hábil para tanto; 7. Representar à Procuradoria Geral de Justiça para que adote as medidas de sua competência, diante dos indícios de atos de improbidade administrativa e ilícitos penais e cíveis, no que tange aos pagamentos

originados da Inexigibilidade nº 10/2006, com o escritório de advocacia Sócrates Vieira Chaves – Advocacia e Consultoria; 8. Ordenar à Diretoria de Auditoria e Fiscalização (DIAFI) a instauração de Inspeção Especial de Licitações e Contratos, com vistas a apurar a lisura dos pagamentos efetuados ao escritório de advocacia Sócrates Vieira Chaves – Advocacia e Consultoria, devendo contemplar, nos autos que vierem a ser constituídos, a apuração de eventual prejuízo causado ao Erário, tanto no exercício em que se originou (2011) quanto nos demais em que se constatem pagamentos a este título, no prazo de 30 (trinta) dias; 9. Comunicar à Receita Federal do Brasil, com relação aos fatos atrelados às contribuições previdenciárias; 10. Recomendar à Administração Municipal de Alhandra, no sentido de não repetir as falhas observadas nos presentes autos, adotando providências para realizar o pagamento [mínimo] do piso nacional para os profissionais da educação escolar pública, realizar a arrecadação efetiva de todos os tributos sob sua competência, além de procurar se adequar ao que estabelece a legislação pertinente à política de resíduos sólidos, buscando manter estrita observância aos ditames da Constituição Federal, LC nº 101/00, Lei nº 8.666/93, Lei nº 4.320/64 e às normas e princípios de Contabilidade. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade, com o impedimento do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho. PROCESSO TC-04660/15 – Prestação de Contas Anuais do Prefeito do Município de MARI, Sr. Marcos Aurélio Martins de Paiva, relativa ao exercício de 2014. Relator: Conselheiro Substituto Antônio Gomes Vieira Filho. Sustentação oral de defesa: Advogada Bruna Barreto Melo. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno: 1) emitir Parecer Favorável à aprovação das Contas de Governo do Prefeito do Município de Mari-PB, Sr. Marcos Aurélio Martins de Paiva, encaminhando-o à consideração da egrégia Câmara de Vereadores daquele Município; 2) Julgar regulares, com ressalvas, os atos de gestão e ordenação de despesas realizadas pelo Sr. Marcos Aurélio Martins de Paiva, Prefeito do município de Mari-PB, relativas ao exercício financeiro de 2014, especialmente aquelas relativas às despesas não lícitas de aproximadamente R\$ 371.134,00; 3) Declarar atendimento parcial em relação às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, por parte daquele gestor; 4) Aplicar ao Sr. Marcos Aurélio Martins de Paiva, Prefeito constitucional de Mari-PB, multa no valor de 3.000,00 (três mil reais), equivalente a 66,80 UFR-PB, conforme dispõe o art. 56, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 18/93; concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º da Resolução RN TC nº 04/2001, sob pena de cobrança executiva a ser ajuizada até o trigésimo dia após o vencimento daquele prazo, na forma da Constituição Estadual; 5) Comunicar a Receita Federal do Brasil sobre as falhas observadas nos recolhimentos das contribuições previdenciárias, para as providências que entender necessárias; 6) Recomendar a atual Gestão do Município que adote providências no sentido da estrita observância às normas constitucionais e infraconstitucionais e quanto às regras da boa gestão fiscal, das normas de contabilidade pública, atendimento à política nacional de resíduos sólidos, caso já não o tenha feito, evitando a percução negativa em prestações de contas futuras e aplicações de penalidades pecuniárias. Os Conselheiros Antônio Nominando Diniz Filho, Fernando Rodrigues Catão e Marcos Antônio da Costa votaram de acordo com a proposta do Relator. O Conselheiro em exercício Antônio Cláudio Silva Santos votou pela emissão de Parecer Contrário à aprovação das Contas. Aprovada a proposta do Relator, por maioria. Retomando a ordem natural da pauta, Sua Excelência o Presidente em exercício, Conselheiro André Carlo Torres Pontes anunciou o PROCESSO TC-04099/15 – Prestação de Contas dos ex-gestores da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido, Srs. Fábio Luciano de Araújo Maia (período de 01/01 à 26/03), Carlos Antônio Araújo de Oliveira (período de 03/04 à 31/12) e Sra. Gilma Vasconcelos da Silva Germano (período de 03/04 à 31/12), relativa ao exercício de 2014. Relator: Conselheiro Marcos Antônio da Costa. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno julgar regulares as contas prestadas pelos Gestores da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido, Senhor Fábio Luciano de Araújo Maia (Período: 01/01/2014 A 26/03/2014), Senhor Carlos Antônio Araújo de Oliveira (Período: 27/03/2014 A 02/04/2014) e Senhora Gilma Vasconcelos da Silva Germano (Período: 03/04/2014 A 31/12/2014), relativas ao exercício de 2014, com as ressalvas do inciso IX do Art. 140 do Regimento Interno deste Tribunal. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-05107/16 – Prestação de Contas da gestora da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Sra. Gilberta Santos Soares, relativa ao



exercício de 2015. Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno: 1) Julgar regular a Prestação de Contas, relativa ao exercício de 2015, da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH, sob a responsabilidade da Sra. Gilberta Santos Soares, ressaltando-se que as mesmas não estão isentas de outras irregularidades posteriormente detectadas e evidenciadas; 2) Recomendar à atual administração da SEMDH estrita observância à Resolução RN TC 03/10, notadamente o inciso, IV do art. 5º que trata do prazo de envio da Prestação de contas pelos gestores de órgãos Públicos. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-10372/14 – Recurso de Revisão interposto pela ex-gestora da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor Alice de Almeida, Sra. Alexandrina Moreira Formiga, contra decisão consubstanciada no Acórdão APL-TC-1240/2014. Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. Sustentação oral de defesa: comprovada a ausência da interessada e de seu representante legal. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno: 1 - Conhecer do Recurso de Revisão interposto nos autos; 2. Dar provimento parcial, no sentido de modificar a decisão consubstanciada no Acórdão APL TC nº 1240/2010, para: 2.1. reduzir o débito imputado no item '2' para R\$ 4.140,00, equivalentes a 92,18 Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraíba UFR-PB, referente à despesa paga em duplicidade com locação de veículos, assinando à gestora responsável, Sra. Alexandrina Moreira Formiga, novo prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento do débito imputado ao Tesouro Estadual; 2.2. reduzir em 20% o valor da multa aplicada, no item '3' passando a mesma para R\$ 561,02, equivalentes a 12,49 Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraíba UFR-PB, assinando à gestora responsável, Sra. Alexandrina Moreira Formiga, novo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento da importância relativa à multa ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário, devendo-se dar a intervenção do Ministério Público, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual; 3. Manter os demais termos da decisão recorrida; 4. Determinar o encaminhamento do processo à Corregedoria para providências de praxe. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-07801/16 – Recurso de Reconsideração interposto pelo ex-Secretário Executivo do Empreendedorismo, Sr. Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes, contra decisão consubstanciada no Acórdão APL-TC-00135/16, referente à Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão do Governo do Estado da Paraíba, relativa ao exercício de 2015. Relator: Conselheiro Marcos Antônio da Costa. Na oportunidade, o Conselheiro Substituto Antônio Gomes Vieira Filho foi convocado para completar o quorum regimental, em razão do impedimento do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. MPCONTAS: repisou os termos dos pronunciamentos anteriores do Ministério Público de Contas. RELATOR: Votou no sentido do Tribunal Pleno: 1. Conhecer da arguição de suspeição e impedimento, tratada nestes autos (Processo TC n.º 07801/16) e, no mérito, rejeitá-la, à míngua dos requisitos estabelecidos nos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil, mantendo no comando do Processo TC n.º 03393/15 o Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, que cuida da Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão do Governador do Estado, referente ao exercício de 2015; 2. Não conhecer do Recurso de Reconsideração, mas determinar o encaminhamento deste e sua anexação, aos autos do Processo TC n.º 03393/15, para as providências de estilo, no caso, sua instrução e julgamento, pelo Relator competente, o Conselheiro Fernando Rodrigues Catão; 3. INFORMAR ao Senhor Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes que esta Corte de Contas, pela terceira vez, estar a julgar matéria sobre a qual já se debruçou nos autos dos Processos TC n.º 13136/15 e 16998/15, nos quais foram reiterados os argumentos para arguição utilizados neste feito, podendo vir a configurar a litigância da má-fé, passível de sancionamento com multa e outras repercussões. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade, com o impedimento do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. PROCESSO TC-14300/11 – Recurso de Reconsideração interposto pelo ex-Prefeito do Município de SANTA INÊS, Sr. Adjefferson Kleber Vieira Diniz, contra decisão consubstanciada no Acórdão APL-TC-0187/2014, emitida quando do julgamento de Inspeção Especial realizada no período de 01/10 à 29/11 de 2011. Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão. Sustentação oral de defesa: comprovada a ausência do interessado e de seu representante legal. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial lançado nos autos. RELATOR: Votou

pelo conhecimento e não provimento do recurso de reconsideração em tela, mantendo-se, na íntegra, a decisão recorrida. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-05132/10 – Recurso de Reconsideração interposto pelo ex-Prefeito do Município de CABELO, Sr. José Francisco Régis, contra decisões consubstanciadas no Parecer PPL-TC-00098/12 e no Acórdão APL-TC-00408/12, emitidas quando da apreciação das contas do exercício de 2009. Relator: Conselheiro em exercício Antônio Cláudio Silva Santos.. Sustentação oral de defesa: comprovada a ausência do interessado e de seu representante legal. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial lançado nos autos. RELATOR: Votou pelo conhecimento e não provimento do recurso de reconsideração, mantendo-se, inalteradas as decisões recorridas. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-01890/15 – Inspeção Especial realizada no Município de JOCA CLAUDINO, objetivando apurar a movimentação financeira nas contas do Poder Executivo, durante o período de 01/01 à 03/02 do exercício de 2015. Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo. Sustentação oral de defesa: comprovada a ausência do interessado e de seu representante legal. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial lançado nos autos. PROPOSTA DO RELATOR: Foi no sentido do Tribunal: 1) Imputar à Prefeita Municipal de Joca Claudino/PB, Sra. Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa, CPF n.º 023.391.734-93, débito no montante de R\$ 1.373.390,33 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, trezentos e noventa reais, e trinta e três centavos), correspondente a 30.580,95 Unidades Fiscais de Referência do Estado da Paraíba – UFRs/PB, atinente ao saldo financeiro sem comprovação; 2) Com base no art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - LOTCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18/93), impor penalidade à gestora, Sra. Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa, CPF n.º 023.391.734-93, na quantia de R\$ 137.339,03 (cento e trinta e sete mil, trezentos e trinta e nove reais, e três centavos) ou 3.058,09 UFRs/PB, equivalente a 10% da soma que lhe foi imputada; 3) Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para recolhimento voluntário aos cofres públicos municipais do débito imputado e da coima acima imposta, com a devida comprovação do seu efetivo adimplemento a esta Corte dentro do prazo estabelecido, sob pena de responsabilidade e intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40, do colendo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - TJ/PB; 4) Com apoio no que dispõe o art. 56, incisos II e III, da LOTCE/PB, aplicar multa à Chefe do Poder Executivo de Joca Claudino/PB, Sra. Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa, CPF n.º 023.391.734-93, na importância de R\$ 9.856,70 (nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais, e setenta centavos), correspondente a 219,48 UFRs/PB; 5) Assinar o lapso temporal de 30 (trinta) dias para pagamento voluntário da penalidade ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.201, de 20 de dezembro de 2002, com a devida comprovação do seu efetivo cumprimento a esta Corte dentro do prazo estabelecido, cabendo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, velar pelo integral cumprimento da deliberação, sob pena de intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba, e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba - TJ/PB; 6) Encaminhar cópia desta decisão à Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI, com o objetivo de subsidiar a análise das contas da Prefeita do Município de Joca Claudino/PB, Sra. Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa, CPF n.º 023.391.734-93, relativas ao exercício financeiro de 2015 (Processo TC n.º 04527/16); 7) Enviar recomendações no sentido de que a Alcaidessa, Sra. Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa, não repita as irregularidades apontadas no relatório da unidade técnica deste Tribunal e observe, sempre, os preceitos constitucionais, legais e regulamentares pertinentes; 8) Com fulcro no art. 71, inciso XI, c/c o art. 75, caput, da Constituição Federal, remeter cópia dos presentes autos à augusta Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba para as providências cabíveis. Aprovada a proposta do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-08583/12 – Inspeção Especial realizada no Município de SOLÂNEA, relativa ao exercício de 2012, tendo como responsável o ex-Prefeito, Sr. Francisco de Assis de Melo. Relator: Conselheiro Substituto Oscar Mamede Santiago Melo. Sustentação oral de defesa: comprovada a ausência do interessado e de seu representante legal. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial lançado nos autos. PROPOSTA DO RELATOR: Foi no sentido do Tribunal: 1) Julgar irregulares as despesas com medicamentos ora examinadas; 2) Imputar débito ao ex-gestor de Solânea, Sr. Francisco de Assis de Melo, no valor de R\$



73.178,63, (setenta e três mil, cento e setenta e oito reais e sessenta e três centavos), equivalentes a 1.629,45 UFR-PB, devido a não comprovação dos medicamentos adquiridos; 3) Aplicar multa pessoal ao ex-gestor, Sr. Francisco de Assis de Melo, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), equivalente a 111,33 UFR-PB, com base no art. 56, incisos II e III da LOTCE/PB; 4) Assinar-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias para que recolha a multa ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal e o débito aos cofres do Município, sob pena de cobrança executiva; 5) Representar ao Ministério Público Comum para a tomada de providências relativas ao cometimento de possível ato de improbidade administrativa pelo ex-gestor do Município. Aprovada a proposta do Relator, por unanimidade. PROCESSO TC-02922/14 – Denúncia formulada contra o Prefeito do Município de BELÉM, sobre irregularidades no tocante à aquisição de gêneros alimentícios sem licitação e em valores superiores ao praticado no mercado, durante o exercício de 2014. Relator: Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho. Sustentação oral de defesa: Advogada Indira Ferreira Ribeiro. MPCONTAS: manteve o parecer ministerial constante dos autos. RELATOR: Votou pelo conhecimento e procedência parcial da denúncia, encaminhando recomendação à Administração Municipal de Belém, para evitar a reincidência na falha em ocasiões futuras. Aprovado o voto do Relator, por unanimidade. Esgotada a pauta, o Presidente declarou encerrada a sessão, às 13:26hs, abrindo audiência pública para redistribuição de 02 (dois) processos, por sorteio, pela Secretaria do Pleno – bem como a redistribuição de 07 (sete) processos para um único Relator, indicados no Despacho do Conselheiro André Carlo Torres Pontes, nos autos do Processo TC-02239/15, e deferido pelo Tribunal Pleno, referentes à Inspeções Especiais de Contas acerca de despesas envolvendo a empresa DESK - Móveis Escolares e Produtos de Plásticos e a empresa DELTA - Produtos e Serviços Ltda. -- com a DIAFI informando que no período de 08 a 14 de junho de 2016, distribuiu, por vinculação, 04 (quatro) processos de Prestações de Contas das Administrações Municipais e Estadual, aos Relatores, totalizando 172 (cento e setenta e dois) processos da espécie no corrente exercício e, para constar, eu, Marcus Williams de Carvalho, Secretário do Tribunal Pleno em exercício, mandei lavar e digitar a presente Ata, que está conforme. TCE - PLENÁRIO MINISTRO JOÃO AGRIPINO, em 15 de junho de 2016.

3. Atos da 1ª Câmara

Intimação para Sessão

Sessão: 2661 - 07/07/2016 - 1ª Câmara

Processo: [00121/14](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2011

Intimados: Yuri Simpson Lobato, Responsável; Renan Ramos Regis, Advogado(a); Milena Medeiros de Alencar, Advogado(a).

Sessão: 2661 - 07/07/2016 - 1ª Câmara

Processo: [13351/14](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Reforma

Exercício: 2011

Intimados: Yuri Simpson Lobato, Responsável.

Sessão: 2661 - 07/07/2016 - 1ª Câmara

Processo: [03211/15](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2011

Intimados: Yuri Simpson Lobato, Responsável.

Sessão: 2661 - 07/07/2016 - 1ª Câmara

Processo: [03216/15](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2011

Intimados: Yuri Simpson Lobato, Gestor(a).

Sessão: 2661 - 07/07/2016 - 1ª Câmara

Processo: [10551/15](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Cruz

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2008

Intimados: Lúcio Flávio Antunes de Andrade, Responsável; Euclides Pereira de Sousa, Interessado(a).

Sessão: 2661 - 07/07/2016 - 1ª Câmara

Processo: [14689/15](#)

Jurisdicionado: Instituto de Seguridade Social do Município de Patos

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2015

Intimados: Edvaldo Pontes Gurgel, Responsável.

Aviso: Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 14689/15 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

Prorrogação de Prazo para Defesa

Processo: [06184/11](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Santa Rita

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2006

Citado: EMANUELLY BATISTA DE SOUZA, Interessado(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Processo: [12013/12](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2005

Citado: LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS, Gestor(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Interessada: Livânia Maria da Silva Farias Acolhimento da solicitação e prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediatamente posterior ao do término do período original, qual seja, 28 de junho de 2016, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso I, do RITCE/PB.

Processo: [13209/12](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2009

Citado: LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS, Gestor(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Interessada: Livânia Maria da Silva Farias Acolhimento da solicitação e prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediatamente posterior ao do término do período original, qual seja, 06 de julho de 2016, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso I, do RITCE/PB.

Processo: [02268/13](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2003

Citado: LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS, Gestor(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Interessada: Livânia Maria da Silva Farias Acolhimento da solicitação e prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediatamente posterior ao do término do período original, qual



seja, 28 de junho de 2016, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso I, do RITCE/PB.

Processo: [04261/15](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Citado: VITAL AZEVEDO JUNIOR, Ex-Gestor(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Processo: [04420/15](#)

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Soledade

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Citado: LOURIVAL DELFINO DA CUNHA, Interessado(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Processo: [04683/15](#)

Jurisdicionado: Secretaria da Educação e Cultura do Município de João Pessoa

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2014

Citado: CARLOS ROBERTO BATISTA LACERDA, Advogado(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias por determinação do relator.

Conforme o pedido.

Processo: [02340/16](#)

Jurisdicionado: Instituto Municipal de Previdência de São Bento

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2016

Citado: INDIRA FERREIRA RIBEIRO, Advogado(a)

Prazo para apresentação de defesa prorrogado por 15 dias, por força do § 3º do art. 220 da Resolução Normativa RN TC Nº 10/2010.

Extrato de Decisão

Ato: Resolução Processual RC1-TC 00073/16

Sessão: 2659 - 16/06/2016

Processo: [07634/05](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2005

Interessados: Hélio Carneiro Fernandes, Gestor(a); Severino Ramalho Leite, Responsável; Joilton Vencancio Chaves, Interessado(a).

Decisão: RESOLVEM os MEMBROS da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na Sessão desta data, de acordo com o Voto do Relator, em DEVOLVER os autos ao órgão de origem, por perda de objeto, pois não foi possível a revisão da aposentadoria por invalidez nos moldes da EC nº. 70/2012, em virtude do falecimento do beneficiário em 06/03/2007. Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa João Pessoa, 16 de junho de 2016.

Ato: Acórdão AC1-TC 01969/16

Sessão: 2659 - 16/06/2016

Processo: [06028/11](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Santa Rita

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2010

Interessados: Cristiano Henrique Silva Souto, Gestor(a); Pedro Jorge Coutinho Guerra, Responsável; Maria da Penha Pereira da Rocha, Interessado(a).

Decisão: ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato, expedido por autoridade competente, em favor do beneficiário apto e do correspondente cálculo, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro. Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. - Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa João Pessoa, 16 de junho de 2016.

Ato: Acórdão AC1-TC 01970/16

Sessão: 2659 - 16/06/2016

Processo: [06224/11](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Santa Rita

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2007

Interessados: Pedro Jorge C. Guerra., Responsável; Maria Bernadete Guedes, Interessado(a).

Decisão: ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em: 1. DECLARAR o cumprimento do Acórdão AC1 TC 2.536/2012; 2. RECONHECER a legalidade do ato aposentatório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Sala das sessões da 1ª Câmara do TCE-PB Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa João Pessoa, 16 de junho de 2016.

Ato: Acórdão AC1-TC 01939/16

Sessão: 2659 - 16/06/2016

Processo: [09061/11](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência do Município de Santa Rita

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2011

Interessados: Pedro Jorge Coutinho Guerra, Responsável; Elza Dias da Silva, Interessado(a).

Decisão: ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato aposentatório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro. Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se. Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB - Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa João Pessoa, 16 de junho de 2016.

Ato: Resolução Processual RC1-TC 00072/16

Sessão: 2657 - 02/06/2016

Processo: [10688/13](#)

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Marcação

Subcategoria: Inspeção Especial de Gestão de Pessoal

Exercício: 2013

Interessados: Adriano de Oliveira Barreto, Gestor(a); Neuzomar de Souza Silva, Contador(a).

Decisão: RESOLVEM, à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em assinar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da presente Resolução, ao Prefeito do Município de Marcação, Sr. Adriano de Oliveira Barreto, para apresentação, devidamente digitalizados, dos documentos apontados por ele mesmo como impeditivos à completa restauração da legalidade dos autos, sob pena de aplicação de multa, no caso de descumprimento de determinação deste Tribunal, nos termos da Lei Complementar nº 18/93 (art. 56, inciso VIII).

Ato: Acórdão AC1-TC 01936/16

Sessão: 2659 - 16/06/2016

Processo: [15990/15](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores de Cuité

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2015

Interessados: Halina Helinskia Santos Araujo, Gestor(a); Joao Batista Melo da Silva, Interessado(a).

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 15.990/15, referente à concessão de Pensão por morte da servidora Josefa Dalva da Silva Dantas, Gari-Varição, Matrícula nº D10068, tendo como beneficiária o Sr. João Pedro Melo da Silva, acordam os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em JULGAR REGULAR o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem. Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.



Extrato de Decisão Singular

Ato: Decisão Singular DS1-TC 00032/16

Processo: [12013/12](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2005

Interessados: Livânia Maria da Silva Farias, Gestor(a); Yuri Simpson Lobato, Gestor(a); Hélio Carneiro Fernandes, Gestor(a); Patricia Ferreira da Silva, Interessado(a); Severino Ramalho Leite, Interessado(a); Jovelino Carolino Delgado Neto, Advogado(a).

Decisão: Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Interessada: Livânia Maria da Silva Farias Acolhimento da solicitação e prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediatamente posterior ao do término do período original, qual seja, 28 de junho de 2016, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso I, do RITCE/PB.

Ato: Decisão Singular DS1-TC 00030/16

Processo: [13209/12](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2009

Interessados: Livânia Maria da Silva Farias, Gestor(a); Yuri Simpson Lobato, Gestor(a); Hélio Carneiro Fernandes, Gestor(a); Maria das Dores Costa., Interessado(a); João Bosco Teixeira, Interessado(a); Jovelino Carolino Delgado Neto, Advogado(a).

Decisão: Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Interessada: Livânia Maria da Silva Farias Acolhimento da solicitação e prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediatamente posterior ao do término do período original, qual seja, 06 de julho de 2016, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso I, do RITCE/PB.

Ato: Decisão Singular DS1-TC 00031/16

Processo: [02268/13](#)

Jurisdicionado: Paraíba Previdência

Subcategoria: Pensão

Exercício: 2003

Interessados: Livânia Maria da Silva Farias, Gestor(a); Yuri Simpson Lobato, Gestor(a); Hélio Carneiro Fernandes, Gestor(a); Creusa Mendonça Rafael, Interessado(a); Izinete Bento Brasil, Interessado(a); Jovelino Carolino Delgado Neto, Advogado(a).

Decisão: Objeto: Pedido de Prorrogação de Prazo Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo Interessada: Livânia Maria da Silva Farias Acolhimento da solicitação e prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil imediatamente posterior ao do término do período original, qual seja, 28 de junho de 2016, consoante definido no art. 220, § 4º, inciso I, do RITCE/PB.

Ato: Decisão Singular DS1-TC 00029/16

Processo: [04675/14](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência de Paulista

Subcategoria: PCA - Prestação de Contas Anuais

Exercício: 2013

Interessados: Galvão Monteiro de Araújo, Gestor(a); Francisco Vivaldo Jácome de Oliveira, Contador(a).

Decisão: DECIDE o Relator destes autos DEFERIR o pedido de parcelamento formalizado pelo Sr. Galvão Monteiro de Araújo, do débito que fora imputado a título de multa, no valor de R\$ 4.000,00 (equivalente a 89,06 UFR-PB), aplicado através do Acórdão AC-1 - TC nº 3049/15, para pagamento ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas no valor equivalente a 8,91 (oito vírgula noventa e um) UFR-PB cada, vencendo-se a 1ª em 30 (trinta) dias contados da data da publicação da presente decisão, e as seguintes a cada período mensal subsequente. O referido processo deve retornar à Corregedoria deste Tribunal para acompanhamento da quitação do débito. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Errata

Torna sem efeito a seguinte intimação, publicada no Diário Oficial Eletrônico do dia 14/06/2016:

Sessão: 2660 - 30/06/2016 - 1ª Câmara

Processo: [17628/13](#)

Jurisdicionado: Câmara Municipal de João Pessoa

Subcategoria: Inspeção Especial de Gestão de Pessoal

Exercício: 2013

Intimados: Durval Ferreira da Silva Filho, Gestor(a).

4. Atos da 2ª Câmara

Intimação para Sessão

Sessão: 2818 - 05/07/2016 - 2ª Câmara

Processo: [10553/15](#)

Jurisdicionado: Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Cruz

Subcategoria: Aposentadoria

Exercício: 2008

Intimados: Lúcio Flávio Antunes de Andrade, Gestor(a).

Aviso: Informamos que conforme o Art. 25 da RN-TC 11/2015 o Processo 10553/15 passou a ter seus atos processuais realizados exclusivamente em forma eletrônica. As peças existentes do processo permanecem em papel, passando o processo a ser composto por autos em meio físico e em meio eletrônico. Para o acompanhamento e realização dos atos processuais pelos interessados processuais é necessário o credenciamento e habilitação no sistema TRAMITA.

5. Alertas

Processo: [08155/16](#)

Subcategoria: Inspeção Especial do RREO

Período: 2016

Relator: Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Jurisdicionado: Governo do Estado

Gestor: Ricardo Vieira Coutinho

Alerta: DECIDE emitir ALERTA à autoridade supracitada – Sr. Ricardo Vieira Coutinho – para que tome conhecimento das falhas apontadas nos autos, notadamente em relação aos itens 13 (aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE abaixo do constitucionalmente exigido) e 14 (aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS abaixo do constitucionalmente exigido) nuper, visando a adoção de medidas preventivas e ou corretivas pertinentes ao retorno à legalidade, sob pena de repercussão negativa na Prestação de Contas Anuais, exercício 2016, e demais cominações legais; e assinar prazo de 30 (trinta) ao Chefe do Executivo com vista a inserção das informações do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde no Sistema de Informação sobre Orçamento Público de Saúde (SIOPS) – item 3.

Processo: [08156/16](#)

Subcategoria: Inspeção Especial do RGF

Período: 2016

Relator: Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Jurisdicionado: Governo do Estado

Gestor: Ricardo Vieira Coutinho

Alerta: DECIDE emitir ALERTA à autoridade supracitada – Sr. Ricardo Vieira Coutinho – para que tome conhecimento da falha apontada nos autos, relacionada à ultrapassagem do limite de gastos de pessoal do Executivo Estadual (item 3 do relatório nuper), visando a adoção de medidas corretivas pertinentes ao retorno à legalidade no prazo estatuído na legislação de regência, sob pena de repercussão negativa na Prestação de Contas Anuais, exercício 2016, e demais cominações legais.

6. Atos dos Jurisdicionados

Aviso de Licitação dos Jurisdicionados

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia

Documento TCE nº: [20701/16](#)



Número da Licitação: 00029/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de molas, braçadeiras, para os veículos do município de Cacimba de Areia/PB.
Data do Certame: 04/07/2016 às 14:30
Local do Certame: sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Municipal
Valor Estimado: R\$ 61.015,00

Jurisdicionado: Universidade Estadual da Paraíba
Documento TCE nº: [30779/16](#)
Número da Licitação: 00036/2016
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O CURSO DE ODONTOLOGIA – CAMPUS VIII, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB.
Data do Certame: 13/07/2016 às 09:00
Local do Certame: www.licitacoes_e.com.br
Observações: SEGUNDA CHAMADA DO PE 036 / 2016
Site do Edital: <http://www.uepb.edu.br>

Jurisdicionado: Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR
Documento TCE nº: [31017/16](#)
Número da Licitação: 00006/2016
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO MATERIAL DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS NECESSIDADES DESTA AUTARQUIA
Data do Certame: 06/07/2016 às 09:00
Local do Certame: www.licitacoes-e.com.br
Valor Estimado: R\$ 56.803,59

Jurisdicionado: Secretaria de Estado da Saúde
Documento TCE nº: [34299/16](#)
Número da Licitação: 00016/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Data do Certame: 01/07/2016 às 14:00
Local do Certame: Sala da CPL da SES/PB, à Av. Dom Pedro II, nº 1826
Site do Edital: <http://www.paraiba.pb.gov.br/saude/licitacoes>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço
Documento TCE nº: [34307/16](#)
Número da Licitação: 00013/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIAHÃO DO POÇO, ATRAVÉS DO PROJETO DO BRASIL SORRIDENTE
Data do Certame: 30/06/2016 às 09:00
Local do Certame: Sede da Prefeitura Municipal de Riachão do Poço

Jurisdicionado: Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana - EMLUR
Documento TCE nº: [34308/16](#)
Número da Licitação: 00009/2016
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, CONSIGNADO EM ATA, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) A GRANEL, DESTINADOS AS NECESSIDADES DESTA AUTARQUIA
Data do Certame: 05/07/2016 às 09:00
Local do Certame: www.licitacoes-e.com.br
Valor Estimado: R\$ 52.030,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço
Documento TCE nº: [34310/16](#)
Número da Licitação: 00014/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços

Objeto: A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICÍPIO
Data do Certame: 30/06/2016 às 11:00
Local do Certame: Sede da Prefeitura Municipal de Riachão do Poço

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Riachão do Poço
Documento TCE nº: [34320/16](#)
Número da Licitação: 00015/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA EDILIDADE
Data do Certame: 30/06/2016 às 13:00
Local do Certame: Sede da Prefeitura Municipal de Riachão do Poço

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Mãe d'Água
Documento TCE nº: [34321/16](#)
Número da Licitação: 00038/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de serviços de recarga de tonners e cartuchos, destinado a todas as secretarias do Município, conforme especificação do edital e seus anexos.
Data do Certame: 04/07/2016 às 08:30
Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'AGUA

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Boa Ventura
Documento TCE nº: [34326/16](#)
Número da Licitação: 00035/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição parcelada de material de construção, hidráulico, elétrico e ferragens destinados as atividades do município de Boa Ventura - PB em virtude dos itens que ficaram fracassados na licitação anterior, conforme especificações no edital e seus anexos.
Data do Certame: 05/07/2016 às 10:30
Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada
Documento TCE nº: [34333/16](#)
Número da Licitação: 00013/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E INSUMOS PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PEDRA LAVRADA/PB.
Data do Certame: 05/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Sala da Licitação
Site do Edital: <http://portaldatransparencia.lhsystem.com.br/PMPL/publicacoes/licitacoes>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Caldas Brandão
Documento TCE nº: [34350/16](#)
Número da Licitação: 00009/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Obras e Serviços de engenharia
Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Estrutura Metálica, para Construir e Instalar Coberturas de Quadra Poliesportiva Pequena no Município de Caldas Brandão.
Data do Certame: 29/06/2016 às 10:00
Local do Certame: Sala CPL
Valor Estimado: R\$ 403.371,83

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Caldas Brandão
Documento TCE nº: [34352/16](#)
Número da Licitação: 00008/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Executar Obra civil pública de Reposição de Pavimento em paralelepípedos em Diversas Ruas de Caldas Brandão.
Data do Certame: 29/06/2016 às 09:00
Local do Certame: Sala CPL
Valor Estimado: R\$ 228.232,00



Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Natuba
Documento TCE nº: [34353/16](#)
Número da Licitação: 00005/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para execução dos serviços de drenagem em diversas ruas deste Município de Natuba.
Data do Certame: 05/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Prefeitura Municipal de Natuba (Sala de Licitação)
Valor Estimado: R\$ 67.871,88

Jurisdicionado: SEMOB - Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
Documento TCE nº: [34355/16](#)
Número da Licitação: 00011/2016
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PLACAS, SUPORTES DE PLACAS E SEMI PÓRTICOS PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL.
Data do Certame: 07/07/2016 às 08:30
Local do Certame: Site: www.licitacoes-e.com.br
Observações: Informações: (83) 3218-9316
Site do Edital:
<http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes/semob-pregao-eletronico-srp-no-112016>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Belem
Documento TCE nº: [34360/16](#)
Número da Licitação: 00011/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de uma motocicleta para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Belém.
Data do Certame: 06/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Sede da Prefeitura Municipal de Belém
Valor Estimado: R\$ 11.300,00

Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Campina Grande
Documento TCE nº: [34367/16](#)
Número da Licitação: 16424/2016
Modalidade: Convite
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA POSTO DE SAÚDE A SER MONTADO NO PARQUE DO POVO NO EVENTO O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO EDIÇÃO DE 2016
Data do Certame: 30/06/2016 às 09:00
Local do Certame: Sala da Comissão de Licitação
Valor Estimado: R\$ 70.833,33
Site do Edital:
<http://saudecg.pb.gov.br/transparencia/editais/74f1b2c099df2d0abf40f124bfb32b13.pdf>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Gado Bravo
Documento TCE nº: [34388/16](#)
Número da Licitação: 00033/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios em atendimento a frota de veículos de passeio tipo Fiat uno, ambulâncias.
Data do Certame: 05/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Sede da Prefeitura de Gado Bravo
Site do Edital: <http://www.gadobravo.pb.gov.br/>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Marcação
Documento TCE nº: [34407/16](#)
Número da Licitação: 00033/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Execução dos serviços de instalação e manutenção preventiva corretiva em equipamentos de ar condicionado diversos neste município
Data do Certame: 05/07/2016 às 10:00
Local do Certame: Prefeitura Municipal de Marcação

Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Casserengue
Documento TCE nº: [34409/16](#)
Número da Licitação: 00012/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de um veículo 0 KM, de fabricação nacional ano/modelo 2016
Data do Certame: 05/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Sede da Prefeitura
Valor Estimado: R\$ 39.100,00

Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Salgado de São Félix
Documento TCE nº: [34415/16](#)
Número da Licitação: 00017/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços técnicos para assessoramento e consultoria a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Salgado de São Félix.
Data do Certame: 07/07/2016 às 15:00
Local do Certame: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix
Valor Estimado: R\$ 19.086,67

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix
Documento TCE nº: [34420/16](#)
Número da Licitação: 00015/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para fornecimento parcelado de Material de Expediente destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal
Data do Certame: 07/07/2016 às 10:00
Local do Certame: Setor de Licitações Prefeitura Municipal
Valor Estimado: R\$ 180.491,05

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Francisco
Documento TCE nº: [34421/16](#)
Número da Licitação: 00035/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, destinados a Posto e Unidade Básica de Saúde do Município
Data do Certame: 30/06/2016 às 09:00
Local do Certame: na sala da CPL

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix
Documento TCE nº: [34432/16](#)
Número da Licitação: 00016/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa de para fornecimento de Fogos de Artíficiais, manutenção das atividades das Secretarias da Prefeitura Municipal
Data do Certame: 07/07/2016 às 13:00
Local do Certame: Setor de Licitações Prefeitura Municipal
Valor Estimado: R\$ 109.750,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Domingos
Documento TCE nº: [34433/16](#)
Número da Licitação: 00033/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de protesista para atender as atividades do Programa de Saúde Bucal do município
Data do Certame: 04/07/2016 às 09:00
Local do Certame: na sala da CPL

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix
Documento TCE nº: [34435/16](#)
Número da Licitação: 00018/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Locação de veículos destinados a manutenção das atividades das diversas secretarias da Prefeitura Municipal
Data do Certame: 07/07/2016 às 16:00



Local do Certame: Setor de Licitações Prefeitura Municipal
Valor Estimado: R\$ 60.000,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Marizópolis
Documento TCE nº: [34437/16](#)
Número da Licitação: 00006/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Obras e Serviços de engenharia
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para construção, recuperação de esgotos e recuperação de pavimentação em paralelepípedos em diversas ruas do Município de Marizópolis/PB
Data do Certame: 05/07/2016 às 08:30
Local do Certame: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS
Valor Estimado: R\$ 987.099,04

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Documento TCE nº: [34439/16](#)
Número da Licitação: 00043/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de material de construção para todas as secretarias e o Fundo Municipal de Assistência Social do município de Cacimba de Areia - PB.
Data do Certame: 04/07/2016 às 08:30
Local do Certame: sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Mun
Valor Estimado: R\$ 360.000,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Documento TCE nº: [34440/16](#)
Número da Licitação: 00044/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa para os serviços gráficos para todas as secretarias e programas do município de Cacimba de Areia/PB e Fundo Municipal de Assistência Social.
Data do Certame: 04/07/2016 às 10:30
Local do Certame: sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Mun
Valor Estimado: R\$ 180.393,33

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Taperoá
Documento TCE nº: [34441/16](#)
Número da Licitação: 00002/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Obras e Serviços de engenharia
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA (CENTRO DE ARTESANATO) NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ - PB.
Data do Certame: 04/07/2016 às 08:00
Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Valor Estimado: R\$ 510.205,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Documento TCE nº: [34443/16](#)
Número da Licitação: 00045/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos destinado ao Fundo Municipal de Saúde do município de Cacimba de Areia-PB.
Data do Certame: 04/07/2016 às 11:30
Local do Certame: sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Mun
Valor Estimado: R\$ 434.053,33

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Taperoá
Documento TCE nº: [34444/16](#)
Número da Licitação: 00003/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Obras e Serviços de engenharia
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ - PB, CONFORME CONVÊNIO Nº 828934/2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES.
Data do Certame: 04/07/2016 às 11:30
Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Valor Estimado: R\$ 306.920,91

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Taperoá
Documento TCE nº: [34445/16](#)
Número da Licitação: 00004/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Obras e Serviços de engenharia
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO À PARALELEPÍPEDOS EM DIVERSAS RUAS NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ - PB, CONFORME CONVÊNIO Nº 818921/2015 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES.
Data do Certame: 04/07/2016 às 16:00
Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
Valor Estimado: R\$ 300.989,32

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia
Documento TCE nº: [34446/16](#)
Número da Licitação: 00046/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de serviços de sistema de sonorização, iluminação, Palcos, Geradores, Banheiros Químicos, para a tradicional João Pedro no Município de Cacimba de Areia/PB.
Data do Certame: 04/07/2016 às 15:30
Local do Certame: sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Mun
Valor Estimado: R\$ 15.368,00

Jurisdicionado: Fundo Municipal de Assistência Social de Capim
Documento TCE nº: [34465/16](#)
Número da Licitação: 00004/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA.
Data do Certame: 01/07/2016 às 14:00
Local do Certame: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM-PB
Valor Estimado: R\$ 144.394,75

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Capim
Documento TCE nº: [34466/16](#)
Número da Licitação: 00005/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS MESAS E AFINS A SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM.
Data do Certame: 01/07/2016 às 08:00
Local do Certame: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM-PB
Valor Estimado: R\$ 127.066,67

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Capim
Documento TCE nº: [34467/16](#)
Número da Licitação: 00006/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM.
Data do Certame: 01/07/2016 às 11:00
Local do Certame: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM-PB
Valor Estimado: R\$ 10.080,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Capim
Documento TCE nº: [34469/16](#)
Número da Licitação: 00007/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS CONSIGNADO EM ATA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REFORMA DE MÓVEIS DIVERSOS.
Data do Certame: 01/07/2016 às 16:00
Local do Certame: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM-PB
Valor Estimado: R\$ 238.500,50



Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Baraúna
Documento TCE nº: [34472/16](#)
Número da Licitação: 00005/2016
Modalidade: Convite
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: LOCAÇÃO DE VEICULO PARA ATENDER NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.
Data do Certame: 30/06/2016 às 08:00
Local do Certame: RUA GETULIO VARGAS, S/N CENTRO.
Valor Estimado: R\$ 22.000,00

Jurisdicionado: Fundo Municipal de Saúde de Sapé
Documento TCE nº: [34494/16](#)
Número da Licitação: 00019/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição parcelada de materiais hospitalares diversos - curativos especiais de alta complexidade -, destinados a Secretaria de Saúde deste Município
Data do Certame: 07/07/2016 às 10:00
Local do Certame: Edifício Mel Shopping

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São José dos Ramos
Documento TCE nº: [34517/16](#)
Número da Licitação: 00011/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de ataúdes funerais e serviços de traslados funerários destinados a doação as pessoas carentes deste município
Data do Certame: 06/07/2016 às 10:00
Local do Certame: sala da CPL - Pref. São José dos Ramos

Jurisdicionado: Universidade Estadual da Paraíba
Documento TCE nº: [34559/16](#)
Número da Licitação: 00040/2016
Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (ÁLCOOL – 96°) PARA TODOS OS CAMPI DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB.
Data do Certame: 07/07/2016 às 09:00
Local do Certame: www.licitacoes_e.com.br
Site do Edital: <http://www.uepb.edu.br>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Manaira
Documento TCE nº: [34578/16](#)
Número da Licitação: 00032/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de Veículos para transportes de pessoas doentes para a realização de tratamento médico fora e no município
Data do Certame: 07/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Sala da Prefeitura
Valor Estimado: R\$ 180.081,00

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Água Branca
Documento TCE nº: [34585/16](#)
Número da Licitação: 00046/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Aquisição de medicamentos controlados e material médico hospitalar para as unidades básicas de saúde do Município de Água Branca/PB
Data do Certame: 08/07/2016 às 09:00
Local do Certame: Sala da Prefeitura
Valor Estimado: R\$ 112.964,05
Site do Edital: <http://aguabranca.pb.gov.br/principal/?pg=licitacoes>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Frei Martinho
Documento TCE nº: [34592/16](#)
Número da Licitação: 00031/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA POLITICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL - BRASIL SORRIDENTE.
Data do Certame: 04/07/2016 às 08:00

Local do Certame: PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MARTINHO-PB
Site do Edital: <http://freimartinho.pb.gov.br/>

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Dona Inês
Documento TCE nº: [34602/16](#)
Número da Licitação: 00006/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo: Compras e Serviços
Objeto: Contratação de empresa para executar serviços de reposição de pavimentação em paralelepípedo e recuperação de galerias
Data do Certame: 07/07/2016 às 09:00
Local do Certame: sede da Prefeitura
Valor Estimado: R\$ 146.425,74

Errata

Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 20/06/2016:

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix
Documento TCE nº: [33623/16](#)
Número da Licitação: 00014/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços técnicos para assessoramento e consultoria a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Salgado de São Félix

Torna sem efeito a seguinte publicação do dia 21/06/2016:

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Sobrado
Documento TCE nº: [33906/16](#)
Número da Licitação: 00001/2016
Modalidade: Tomada de Preço
Objeto: A CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) CONSTRUTORA VISANDO A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE EDUCACIONAL C/ 04 SALAS DE AULA - (FNDE), CONFORME PROJETO ANEXO AO PROCESSO.